

**NACIONALIDADE VERSUS JIHAD: A COMPETIÇÃO ENTRE O EXTREMISMO ISLÂMICO E A IDENTIDADE NACIONAL EM ESTADOS NÃO-MUÇULMANOS**  
*Nationality versus Jihad: the competition between Islamic extremism and national identity in non-muslim States*

Leandro Loureiro Costa<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: [leandroloureirocosta@gmail.com](mailto:leandroloureirocosta@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3787-9015>.

Recebido em: 24 abr. 2021 | Aceito em: 10 ago. 2021.

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi o de responder qual é a função do enfraquecimento da identidade nacional no crescimento da violência jihadista. Para isso, foram analisados os textos que versam sobre o jihadismo e o Estado Islâmico, e a literatura especializada no processo de crise do Estado-nação e na importância da nacionalidade na coesão social. As principais conclusões encontradas apontam que a erosão da soberania política e da identidade baseada na nação têm criado um cenário propício para a fragmentação social e a anomia em países ocidentais, o que possibilitou a emergência de propostas radicais estruturadas na identidade, como o jihadismo e a extrema-direita nacionalista. Dessa forma, foi concluído que o jihadismo disputa a lealdade de imigrantes muçulmanos, com a nacionalidade baseada no Estado.

**Palavras-chave:** Jihadismo; Crise do Estado-nação; Violência.

## ABSTRACT

The objective of this research was to answer what is the role of weakening national identity in the growth of jihadist violence. For that, the texts that deal with jihadism and the Islamic State were analyzed, as well as the specialized literature on the crisis process of the nation-state and on the importance of nationality in social cohesion. The main conclusions found point out that the erosion of political sovereignty and nation-based identity has created a favorable scenario for social fragmentation and anomie in Western countries, which has made possible the emergence of radical proposals structured in identity, such as jihadism and the far-right nationalism. Thus, it was concluded that jihadism disputes the loyalty of muslim immigrants, with state-based nationality.

**Keywords:** Jihadism; Nation-state crisis; Violence.

## INTRODUÇÃO

Um dos debates mais destacados sobre a expansão de grupos jihadistas são aqueles que pesquisam as causas para a formação de organizações desse tipo. Grande parte destes textos determinam que algumas das principais razões para o surgimento de atores paramilitares influenciados por doutrinas extremistas, construídas através de uma identidade, são a deterioração progressiva do Estado-nação e a reação às tendências homogeneizantes da globalização (Roy, 2004, 2017; Kepel, 2003, 2015).

No primeiro caso, os indivíduos tomam atitudes extremas, pois a erosão da soberania do Estado permite o estabelecimento de outras formas de poder e a condução de “novas” formas de violência não-estatais. A partir disso, a questão nacional também é incapaz de produzir coesão social e amenizar as rivalidades entre grupos etnicamente diversos que coexistem em um território. Na realidade, os jihadistas se posicionam como adversários da própria ideia de Estado-nação, negam a possibilidade de que as fronteiras possam ser definidas pelo ser humano e

apontam que a lealdade às nações são tipos de idolatria e apostasia, pois são tentativas de usurpar a religião islâmica e consequentemente são opostos à verdadeira vontade de Alá.

Euben (1999) e Mohamedou (2018), afirmam que o jihadismo é parte de uma revolução antimoderna e contrária ao Estado-nação, e busca restaurar a configuração da religião islâmica dos tempos de Maomé, tanto na parte social, com a defesa das supostas tradições e práticas da época, como na dimensão política, com a retomada de uma espécie de estrutura de governo semelhante aos grandes impérios islâmicos.

No antagonismo entre o jihadismo e o Estado-nação, há a disputa entre os dois em questões de segurança nacional, pois as interações entre ambos geralmente são conflituosas, e há a competição pela lealdade dos indivíduos. Nesse contexto, o Estado Islâmico da Síria do Iraque (ISIS<sup>2</sup>), desde os tempos que ainda era uma ramificação da al-Qaeda, destacou-se como recrutador de pessoas para lutar de acordo com os interesses da organização. Isto é, cidadãos de diversos países do mundo negaram o seu vínculo nacional e cometeram atos de violência contra as populações com as quais compartilhavam laços de nacionalidade.

Como recorte demográfico, é importante considerar especificamente os recrutados pelo grupo que tinham cidadania em países cuja população islâmica não é majoritária. Esse foi o caso de dezenas de milhares de indivíduos que saíram de lugares, como os Estados Unidos, Canadá, Europa, Rússia e Austrália, para ingressarem nas fileiras de soldados do ISIS e em outras organizações semelhantes, ou cometessem atentados terroristas em seus próprios países de origem. Essas pessoas geralmente não estavam inseridas em um contexto islâmico, foram educadas em escolas não-religiosas, conviveram com as práticas e costumes dessas regiões não-muçulmanas.

Dessa maneira, quais são as motivações para que indivíduos, principalmente em Estados ocidentais, juntem-se às organizações jihadistas? Quais são as razões para que cometam atentados em seus próprios países de origem? Como foi possível que pessoas economicamente estáveis, como foi o caso dos responsáveis pelos atentados de San Bernardino, jurassem fidelidade ao ISIS? Por que um americano mataria cinquenta pessoas em uma boate como reação aos bombardeios norte-americanos na Síria e no Iraque?

As respostas para essas perguntas estão além do alcance dos pesquisadores e os principais debates sobre o assunto estão longe de serem exauridos<sup>3</sup>. Há incerteza se o recrutamento é causado pelo revanchismo anticolonial, pela disseminação do jihadismo e do islã radical, ou pelo

---

<sup>2</sup> Acrônimo para Islamic State of Iraq and Syria.

<sup>3</sup> O principal debate sobre a radicalização islâmica se dá na academia francesa. Olivier Roy (2004, 2017) e Gilles Kepel (2003, 2015) concentram seus escritos em duas posições consideradas antagônicas. Kepel defende a premissa de que há a radicalização da religião islâmica, em certa medida impulsionada pela expansão do salafismo e de outros grupos islamistas pela Europa. Enquanto isso, Roy estabelece que o crescimento do jihadismo é produto de uma violência geral, causada pela anomia social derivada da globalização. Roy aponta que o islã não é uma exceção nesse recrudescimento da violência, desconectando o fenômeno das questões ideológicas. Dessa maneira, os recrutados encontram no islã os paradigmas necessários para preencher os vazios identitários deixados pela fragmentação da mundialização.

preconceito em relação aos migrantes muçulmanos, mas há a garantia de que os Estados-nações tradicionais competem com o ISIS, e outros grupos do gênero, pela lealdade dessas populações potencialmente recrutáveis.

De acordo com Vidino *et al.* (2017), desde a declaração de Abu Bakr al-Baghdadi se autoproclamando como líder do ISIS e comandante do califado, de junho de 2014 até junho de 2017, a Europa e a América do Norte foram atacadas 51 vezes por terroristas conectados a redes jihadistas. Dentre os perpetradores desses atentados, 73% eram cidadãos dos países nos quais cometeram os ataques, 14% eram residentes legais ou visitantes de países vizinhos e apenas 6% eram residentes ilegais. Dos terroristas, 63% afirmaram ter algum tipo de aliança com jihadistas, tendo a imensa maioria jurado fidelidade ao ISIS e, em 38% dos atentados, grupos jihadistas reivindicaram a autoria.

Além dessa questão, alguns eventos expuseram fraturas identitárias, sobretudo na Europa. Na França, Kepel (2015) destaca a falta de integração das populações islâmicas em relação ao resto da sociedade. Esta exclusão da porção islâmica é impulsionada principalmente pelo avanço político do salafismo e da inoperância da classe política francesa<sup>4</sup> quanto à expansão do extremismo islâmico. Durante o recorte temporal, que começa nos protestos das *banlieues* em 2005 até os atentados de janeiro de 2015, a França conviveu com novas questões que envolvem a integração dos muçulmanos e a presença do jihadismo e do salafismo no país.

As investigações dos atentados de 2015, tanto na redação do Charlie Hebdo, em janeiro, como os tiroteios que ocorreram em novembro do mesmo ano, em Paris, mostraram que eles haviam sido planejados na própria França e perpetrados por franceses. Outros atentados também haviam sido planejados por cidadãos europeus e impedidos em outros lugares, como na Alemanha e na Bélgica (Kepel, 2015).

Todo esse cenário aponta para um processo de enfraquecimento do Estado quanto a sua capacidade de mobilizar políticas públicas para lidar com o pluralismo cultural. Esse problema pode ser observado através da penetração de células de organizações transnacionais terroristas nesses lugares e pela formação de guetos a partir da marginalização da diáspora muçulmana. Tanto as políticas voltadas para a assimilação de imigrantes muçulmanos, e.g. França, como as que apoiam o fortalecimento das diferenças culturais, e.g. Reino Unido e Bélgica, não foram capazes de impedir essas fraturas e a proliferação de atos de violência (Fernandes, 2006).

A partir desses problemas mencionados, esta pesquisa tem o objetivo de responder a seguinte pergunta: qual é o papel do enfraquecimento das nacionalidades no crescimento da violência jihadista praticada por cidadãos dos países atacados? A hipótese para responder esse

---

<sup>4</sup> Uma evidência da falha da elite política francesa em lidar com as populações muçulmanas pode ser percebida através das políticas multiculturalistas na Europa. A maior parte das tentativas dos Estados europeus, sobre o trato com as populações muçulmanas, foram ineficazes para impedir a radicalização e, até mesmo, acabaram por acelerar esse processo. Ver “A expansão das redes transnacionais fundamentalistas islâmicas na União Europeia: consequências e reações” (Loureiro, 2016).

questionamento é a de que o ISIS e outras organizações jihadistas utilizam a oportunidade do desgaste das nacionalidades do mundo ocidental, para construírem narrativas de solidariedade semelhantes às mesmas que caracterizam o Estado-nação tradicional. O jihadistas têm sido responsáveis por inventar e manipular narrativas históricas estruturadas em mitos, tradições e princípios, que possam ser associados à violência. É uma alternativa à condição de anomia e de desintegração social, consequências da crise das identidades nacionais no chamado mundo ocidental.

O objetivo principal desta pesquisa é o de compreender a relação entre o jihadismo e a nacionalidade. O objetivo complementar é analisar a estrutura do Estado Islâmico e a forma como se deu a sua evolução, de uma célula terrorista da al-Qaeda para uma unidade política independente transnacional com pretensões de *state-building*.

Para a realização desses objetivos, foi realizado um estudo de caso sobre o ISIS como ator que compete pela lealdade de cidadãos em países que não são majoritariamente islâmicos. Como processo para a realização dos objetivos, foi preciso investigar as contribuições acadêmicas sobre a formação e definição do ISIS, bem como os textos que buscam propor uma definição para o grupo, além do entendimento do seu percurso histórico. Para essa tarefa, são analisados os escritos que teorizam o conceito e a emergência do jihadismo como sistema de ideias. Para entender a relação do jihadismo com a nacionalidade foi necessário se desdobrar nas variáveis da globalização e da crise do Estado-Nação como forças que afetam a relação entre a identidade nacional e o Estado no contexto de fragmentação social.

Para a elaboração da pesquisa, foi realizada a análise de conteúdo de dois vídeos-propaganda: *Flames of War* I e II. Neles são realizadas convocações aos potenciais recrutas e destacam o califado como nova unidade política responsável por aglutinar todos os muçulmanos do planeta.

Por fim, foram analisadas as formas pelas quais os esforços de formação de identidade nacional podem ser comparados a o jihadismo. De modo a evidenciar as formas pelas quais esses dois fenômenos se assemelham e como o jihadismo não pode ser considerado uma experiência que transcende a modernidade, mas sim uma espécie de empreendimento para formar uma organização política comparável ao Estado-nação tradicional, além de ser capaz de apresentar soluções à anomia social das populações de imigrantes.

## A CRISE DO ESTADO-NAÇÃO

Não há consenso sobre uma definição de nação, porém a maioria dos estudos sobre esta temática tendem a apontá-la como uma comunidade humana na qual os indivíduos possuem consciência em relação à construção de uma estrutura política, a partir das suas características em comum, almejando também a soberania (Smith, 1971; Gellner, 1983). Esta junção entre a unidade nacional e a soberania política se deu historicamente a partir de duas formas: a contratual (cívico-territorial) ou a sanguínea (étnico-genealógico). A primeira foi originada do modelo francês

revolucionário e a segunda do modelo romântico alemão. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o primeiro modelo predominou, superando as comunidades das micronações e dos grandes impérios. Nesse tipo de sistema, a nação, ao mesmo tempo em que é a comunidade, também é o soberano, emancipando-se dos particularistas e dos absolutistas (Badie e Smouts, 1995).

O processo de crise do Estado-nação pode ser observado através da erosão institucional nos países subdesenvolvidos e na falência do Estado de bem-estar social nas regiões desenvolvidas. Outras evidências podem ser encontradas na formação da fidelidade cívica nos blocos regionais. Por exemplo, na União Europeia, enquanto um Estado faz parte dessa solidariedade europeia, também deve coexistir com as suas próprias solidariedades internas.

O colapso do Estado-nação também pode ser observado na instabilidade identitária, que ocorre nos revivalismos religiosos, tribais, nacionais e étnicos. Já em âmbito institucional, o Estado tem a sua soberania contestada e o seu protagonismo ameaçado nas relações internacionais. Diversos tipos de atores privados têm expandido os seus espaços de atuação na cena internacional. Eles empregam a violência, de forma a competir em relação aos meios coercitivos do Estado, e assumem papéis que são de costume atribuídos à diplomacia.

Os jihadistas visam afetar a ordem política, tanto a interna quanto a internacional. A oposição do ISIS à modernidade e ao sistema de Estados está intimamente conectada ao objetivo de estabelecer uma nova ordem capaz de congregar todos os muçulmanos do mundo. Independentemente das possíveis utopias, a criação de um califado internacional desafia as fronteiras dos Estados-nações modernos, contrariando a lógica da soberania através da violência.

Esses fluxos transnacionais tendem a incentivar processos de mobilização social, fazendo com que o Estado perca de forma progressiva um suposto controle sobre os indivíduos. Assim, a crise do Estado-nação se traduz na redução, tanto da solidariedade cívica, quanto da solidariedade nacional. Portanto, entidades não-estatais, tanto subnacionais quanto supranacionais, passam a competir com o Estado-nação pela lealdade das pessoas.

[...] o indivíduo abandona cada vez mais os caminhos da lealdade prioritária, desliza aqui para formas de pluralidade e de volatilidade identitárias, lá para reinserções comunitárias que constituem as delícias dos empreendedores religiosos, tribais ou étnicos (Badie, 2006, p. 388)<sup>5</sup>.

Esse abandono é evidente quando se observa a crise do Estado-nação em países majoritariamente islâmicos, alterando a fidelidade cívica para a *umma*<sup>6</sup>, que funciona como uma força substituta em relação aos Estados formados naqueles locais e também de contestação à ordem internacional. Esse processo não é exclusividade desses lugares, mas também atingem as diásporas islâmicas presentes no chamado mundo ocidental.

<sup>5</sup> Entende-se “lealdade prioritária” como identidade nacional, de acordo com a perspectiva do autor sobre o assunto.

<sup>6</sup> *Umma* é o termo em árabe utilizado para designar todos os muçulmanos espalhados pelo mundo. Pode ser traduzida como “comunidade” ou “nação”.

Outra evidência pode ser encontrada nos subseqüentes atos de violência cometidos por cidadãos europeus muçulmanos associados a grupos jihadistas em diversas cidades da região, como Londres, Manchester, Madri, Barcelona, Bruxelas, Paris, Nice etc. Este panorama revelou um cenário de crescimento do extremismo religioso na diáspora muçulmana na França.

Quanto ao Estado-nação e à radicalização da diáspora muçulmana, Tariq Ramadan criou o termo chamado “cidadania crente”, difundindo nas novas gerações de muçulmanos na Grã-Bretanha a concepção de cidadania atrelada à identidade muçulmana, de forma com que os muçulmanos não se percebam apenas cidadãos, mas sim cidadãos islâmicos. Um “cidadão crente” não deve apenas contribuir para uma sociedade justa e participar da vida pública, mas também deve levar os ensinamentos de Alá ao resto do povo, levando a religião para a vida em sociedade (Pedziwiatr, 2008, p. 7).

A “cidadania crente” e o enfraquecimento da identidade nacional com a política de reconhecimento de identidades também ganham respaldo na literatura voltada para analisar os nacionalismos e as nacionalidades. Calhoun (2007) aponta que após a Guerra Fria e graças ao aumento da intensidade da globalização, também aumentou o número de defensores de que este panorama acarretaria na obsolescência e no enfraquecimento de Estados soberanos. Além disso, cresceram os que afirmam que os nacionalismos e a questão nacional são sinônimos de autoritarismo.

A visão negativa sobre o nacionalismo e a nacionalidade obteve força no século XX, com a associação ao nazismo e ao fascismo, e graças casos de abuso de autoridade estatal, como nos Balcãs, o que também prejudicou a soberania a partir da ideia de intervenções humanitárias nas circunstâncias em que o Estado falha como mantenedor da ordem e da segurança dos seus cidadãos. Atualmente, o crescimento do populismo nacionalista anti-imigração e eurocético também ajudou a fortalecer a rejeição do *mainstream* político e de acadêmicos em relação ao nacionalismo e à ideia de nação.

A sociedade civil parece ter se fortalecido a partir da década de 1990, principalmente através de instituições não-estatais e de grandes projetos de acúmulo de capital. Outros tipos de organizações locais e transnacionais também cresceram, entretanto, algumas instituições não-estatais costumam ser extremamente não-transparentes e não-democráticas, dependem de recursos financeiros e conexões pessoais e não agem necessariamente de acordo com a lei. Os grupos de crime organizado e os terroristas são exemplos claros deste tipo de instrumento da sociedade civil, que não é precisamente um acréscimo benéfico às funções dos Estados, muito pelo contrário, fragmentam a sociedade e destroem a ordem. Ou seja, também produzem problemas semelhantes ao que foram gerados pelas experiências relacionadas à questão nacional e ao nacionalismo (Calhoun, 2007).

Historicamente, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa ocidental, o nacionalismo e o sentido de nacionalidade se desenvolveram como uma continuidade da participação política



popular e como uma fonte de solidariedade entre cidadãos, o que impactou no fortalecimento das democracias. Auxiliaram na formação do Estado como estrutura legítima, além de servir como mobilizador da guerra. As democracias ocidentais, então, foram construídas profundamente na conexão entre nacionalidade e o Estado, além deles estarem diretamente ligado aos ideais de liberdade e ao individualismo (Calhoun, 2007).

A partir dos problemas mencionados, as democracias liberais modernas possuem dois desafios em relação ao Estado-nação. Ao mesmo tempo em que as tentativas de governança global almejam retirar a legitimidade da identidade nacional como elemento de estabilidade do Estado ou da solidariedade cidadã, também há a visão democrática cosmopolita que tenta nivelar as identidades, colocando-as em posição horizontal. Estas perspectivas possuem dois limites, o primeiro é que elas tendem a ignorar a função das identidades nacionais na organização da vida humana no mundo contemporâneo, e percebem a identidade nacional como um erro, pois tiram essa conclusão através das experiências do fascismo, da limpeza étnica e da guerra. Assim, negligenciam os problemas que as identidades étnicas e religiosas podem produzir, como os conflitos e os genocídios motivados por questões religiosas, como as Cruzadas, a Inquisição e o jihadismo contemporâneo. O segundo desafio é o fracasso das democracias liberais em considerarem a identidade nacional, as etnias e as reivindicações relacionadas à solidariedade, principalmente sobre a subestimação da nação na vida política e social. Calhoun (2007) afirma que isso não significa que o nacionalismo seja privilegiado, mas sim que ele seja pelo menos levado a sério, e que volte a ser apropriado pelas democracias liberais como uma forma de manter a solidariedade entre indivíduos.

### O ISIS E A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE POLÍTICA

É possível fazer uma comparação entre a construção de lealdade de muçulmanos europeus em relação ao ISIS, e a inoperância das democracias liberais em fazerem com que essas pessoas se sintam parte de uma nação. Embora, principalmente através da perspectiva das autoridades ocidentais, o ISIS tenha sido encarado como um produto da pós-modernidade e da globalização, na realidade, ele possui muito mais padrões que o identificam com a modernidade, com as iniciativas nacionalistas e com os projetos de Estados-nações.

Em grande parte, essa percepção equivocada vem das doutrinas balizadoras da organização, o jihadismo e o salafismo. Ambas defendem que o Estado-nação é incompatível com os princípios de Alá e que a religião precisa governar através do califado. Apesar de se estruturar nesse *background*, não é possível afirmar que o ISIS tenha transcendido a modernidade, muito pelo contrário, parece ser mais um produto dela, e replicador de práticas comuns aos projetos nacionais.

Graças ao processo de descolonização, grande parte dos estudiosos do nacionalismo e da nação focaram as suas análises nesta questão, encarando-a como um movimento de escala global. As nações são vistas como acontecimentos modernos, frutos do século XVIII, formadas em um



processo *top-down*, através da mobilização e manipulação de informações culturais que já existiam, mas que foram instrumentalizadas de forma a satisfazerem os interesses das elites, no objetivo de unificar as populações fragmentadas culturalmente (Breuilly, 1982; Gellner, 1983; Anderson, 1983; Maurício, 2012).

Assim, como esses acadêmicos, levando em consideração o nacionalismo como produto da modernidade, Anthony Smith (1995) afirmava que as nações não seriam superadas pela globalização. Na realidade, essa onda nacionalista contemporânea seria a confirmação da resistência da ideia de nação, sendo uma solução para algum requisito humano de uma profunda sensação de pertencer a algum grupo.

Kaldor (2004) aponta que as nações não irão ser superadas pela globalização, mas existirão enquanto as pessoas continuarem a escolherem ser nacionalistas. Portanto, há uma competição entre ideologias no mundo globalizado, como o cosmopolitanismo, o europeísmo, o islã global e o nacionalismo. Essas ideologias não seguem a mesma tendência, enquanto umas são progressistas, outras são claramente regressistas. As primeiras propõem políticas de mudança estrutural, de forma com que as pessoas possam ter ganhos com a globalização. Já as regressistas instrumentalizam um 'passado imaginado', buscando que certas mudanças advindas da globalização sejam revertidas. De acordo com a autora, no ano da publicação de seu artigo, não havia nenhum sinal de quais tipos de ideologias poderiam prevalecer nesse ponto de inflexão.

De fato, algumas evidências mais atuais mostram que as ideologias que se beneficiam com a mundialização têm sofrido derrotas nesse debate. O Brexit, as vitórias de partidos nacionais-populistas na Hungria e na Polônia, e o crescimento da radicalização de pessoas para grupos jihadistas - com destaque relativo para o recrutamento de ocidentais -, têm mostrado que as ideologias que buscam a reversão são uma força bastante relevante ainda, porém, isso não significa que as nacionalidades não sejam afetadas pela globalização.

Kaldor (2004) aponta três implicações da globalização para o futuro do nacionalismo e da nacionalidade: a) a economia baseada na informação diminui a importância da produção industrial territorial; b) a transformação da impressão para a tecnologia de comunicação eletrônica tem gerado muitas consequências que ainda não conseguem ser analisadas de forma completa até agora; c) a guerra entre Estados está se tornando um acontecimento cada vez mais raro, pois a globalização tem alterado o papel militar estatal, e diminuído a preocupação com a soberania externa. Assim, em vez da guerra convencional, há a emergência de novos tipos de violência política, como o terrorismo.

A estratégia do ISIS é claramente de construção estatal, mas também usa a globalização como instrumento. Em termos organizacionais, o ISIS é transnacional, mais uma razão de compatibilidade em relação ao conceito de novo nacionalismo defendido por Kaldor (2004, p. 170), que afirma que o novo nacionalismo depende do estabelecimento de redes de apoiadores,

envolvendo diásporas, estruturas paralelas, como escolas religiosas e templos, o que ajuda a preencher os vácuos deixados pelo Estado e pela nação.

No preenchimento desses espaços, o ISIS utiliza uma série de elementos que o consagram, não só como unidade política, mas também uma identidade coletiva. Os componentes dessa construção são: a bandeira, a invenção das tradições, a violência e territorialidade. Estes itens são encontrados em grande parte das experiências nacionalistas (Ariza, 2004).

A flâmula negra do ISIS, comum em outras organizações jihadistas, é inspirada na bandeira do Profeta descrita, de acordo com as tradições islâmicas, como um quadrado preto feito de lã listrada com a frase: “Não há outro deus além de Alá; Maomé é o seu Mensageiro”. A bandeira preta também é associada a diversas profecias e fatos históricos. De acordo com o historiador Ibn Khaldun, a oposição à dinastia Omíada usava a bandeira negra como sinal de resistência à opressão dos Omíadas à família do Profeta Maomé (McCants, 2015; Bunzel, 2015).

A origem da oposição aos Omíadas está em redes de revolucionários que alegavam serem descendentes do Profeta. As agitações aumentaram com o envolvimento da família Abássida, culminando no fim do califado Omíada e a inauguração da dinastia Abássida por al-Saffah, conquistando a cidade de Damasco. Al-Saffah se proclama o Mahdi da comunidade islâmica e inaugura a *dawla mubarak*, a revolução abençoada. Da *dawla mubarak*, o novo império é batizado de *Dawla Abbasiyya*. Nesse momento, a palavra *dawla*, além de caracterizar a revolução, passa a ser utilizada no sentido de unidade política também.

A invenção das tradições corresponde à releitura de costumes supostamente advindos de um passado entre os que compartilham uma determinada identidade coletiva. A maioria dessas identidades são invenções históricas recentes, artificiais que se manifestam a partir de novas versões reformuladas de fontes antigas (Wieviorka e Ohana, 2001; Hobsbawm e Ranger, 1997).

A existência do ISIS seria uma forma de restaurar um passado considerado legítimo entre todos os islâmicos. Os líderes da organização afirmam ter o Califado Abássida como modelo de inspiração. Desde os seus momentos iniciais, em 2007, quando ainda era conhecido como Estado Islâmico no Iraque, as lideranças da organização ilustravam a suas pretensões de conquista em relação à capital do país chamando-a de “Bagdá de al-Rashid”, o quinto califa Abássida. Entretanto, essa comparação por parte da organização jihadista possui alguns problemas. Ao contrário das políticas ultraconservadoras e regressistas do ISIS, os Abássidas foram responsáveis por um progresso inestimável nos campos da ciência e da literatura e não podem ser comparados à ortodoxia do grupo jihadista. A iconoclastia dos jihadistas, através da destruição de templos de outras religiões e monumentos históricos, são completamente incompatíveis com a preservação de outras culturas, como ocorria no período Abássida (Gregorian, 2003, p. 26; McCants, 2015).

O Estado Islâmico não só se compara à dinastia Abássida, em diversos momentos os seus líderes fazem referências aos primeiros quatro califas do islã, período conhecido como Califado Rashidun. Geralmente, as comparações realizadas com esses primeiros líderes políticos gravitam

em torno da ortodoxia e das dificuldades passadas pelos jihadistas (McCants, 2015). Ou seja, as comparações reivindicadas pelo ISIS em relação aos califados antigos são flexíveis e se adaptam ao momento político do grupo.

O emprego de símbolos do passado pode ser observado nos vídeos *Flames of War*. No primeiro deles, logo após a vinheta de abertura, o narrador aponta que o califado só será estabelecido com a fidelidade e o sangue dos *mujahidin*<sup>7</sup>, que unificarão a *umma* sob a égide de uma bandeira e de um líder (*Flames of War*, 2014).

Entre 1m33s e 2m44s de vídeo, imagens de jihadistas são exibidos montados em cavalos e portando a bandeira negra, enquanto outros são retratados lançando foguetes. Após essas cenas, um mapa no qual chamas se espalham da região do Iraque até o Levante. Já no intervalo de 6m23s até 7m07s, o ISIS caracteriza o indivíduo como parte essencial do processo e instrumentaliza esse fator para recrutar pessoas:

“From the mujahidin on the other hand came the believers who would rebuild the khilafah. They were chosen by Allah. They were the Hadrat, the few of the few from all corners of the world who answered the call of the prophets of Allah who said to them, “Go to al Sham’.” (*Flames of War*, 2014).

Em *Flames of War II*, aos 8m00s observa-se o desfile de caminhonetes com jihadistas nas caçambas empunhando bandeiras do Estado Islâmico. Aos 21m00s, rostos de dois soldados que morreram em combate são exibidos. Aos 25m15s, os editores reforçam que estes haviam sido martirizados, pois os inimigos do califado tiveram que se unir para combatê-lo. As fotos dos que morreram são editadas de forma a caracterizar os soldados mortos em combate como se fossem heróis.

Quanto à violência, Kaldor (2004) concorda com a premissa de Charles Tilly ao afirmar que ela é um elemento comum no processo de formação do Estado-nação. No caso do ISIS, uma das utilidades do emprego da violência é na própria iniciativa de *state-building*. A principal razão pela qual as pessoas morrem por uma nação é a guerra. A guerra é impulsionada por nacionalismos, constrói nacionalidades, e permite que batalhas, guerreiros e heróis sejam parte importantíssima nas narrativas nacionalistas. Devido a esse poder de construção, a guerra é o ponto de conexão entre a identidade nacional e o Estado.

As formações dos Estados nos séculos XVIII e XIX foram concluídas através da violência, o que possibilitou a cobrança de impostos, o serviço militar obrigatório, a administração pública e a solidificação da ideia de nação, reproduzida através da guerra imaginada. Assim, tanto a nação quanto a ideia de ‘outro’ foram responsáveis por dar sentido aos conflitos.

O ISIS fez uso sistemático da violência extrema, tanto como meio de afirmar a estrutura política do grupo, como a violência como forma de propaganda, através do terrorismo, de maneira

---

<sup>7</sup> Forma plural da palavra “mujahid”, traduzido como “combatente” em árabe.

a obter novos recrutas para as lutas da organização. Os atos de terror são vistos como parte da guerra que desencadeará o juízo final e não diferencia civis de militares. Nos territórios ocupados, a violência é justificada a partir de uma “estrutura jurídica” construída pelas lideranças do ISIS para punir os que se desviam das leis religiosas (Hosken, 2015).

A territorialidade, indispensável para a formação do Estado e uma das motivações para a nacionalidade, também é um tema essencial para o Estado Islâmico. O território imaginado pelo califado é descrito por Abu Umar al-Baghdadi, primeiro “Comandante da Fé” do ISIS, através de uma carta à *umma*, afirmava que estava disposto a dar um Estado ao islã, que iria da China até a Espanha, replicando o território dos antigos califados islâmicos. O que também indica as pretensões primordialistas do grupo de fazer retomar um suposto passado glorioso e puro (Hosken, 2015).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A levar em consideração a pergunta de partida, conclui-se que o esfacelamento da questão nacional no Ocidente tem aberto espaços para novas alternativas de identificação. Não somente isso, o enfraquecimento nacional é acompanhado pela incapacidade da soberania em lidar com o contexto da globalização o que permite que essas novas identificações também se manifestem de forma violenta. Dessa forma, a junção entre a estrutura política estatal e a nação também começa a perder a solidez, o que fragmenta a sociedade e pode causar novas rivalidades e radicalismos, tanto por parte dos grupos que competem com o Estado, como os extremismos emanados dos movimentos que se consideram como preservadores das tradições da nação.

Tal como os movimentos nacionalistas no século XIX e XX, que conectavam a nacionalidade à unidade política do Estado, o jihadismo se baseia na invenção de tradições ou na remodelação de eventos passados que podem ser associados à história de um povo. A evidência para essa afirmação está no fato de que o Estado Islâmico se autoconsidera o sucessor dos califados históricos. Sendo assim, os esforços de criação e recriação de símbolos aglutinadores pelo ISIS são mecanismos de formação de soberanias políticas baseadas na identidade islâmica, e competem com os sentidos de identidade presentes na relação entre a unidade nacional e a soberania política nos Estados-nações.

As pesquisas futuras sobre esse tema poderão se debruçar sobre as possíveis respostas dadas pelo Estado-nação quanto à expansão da influência jihadista. Algumas medidas recentes foram tomadas por governos europeus para lidar com a expansão do jihadismo. O governo Macron, na França, tem se esforçado em combater a influência do extremismo islâmico no país com propostas de lei como: a educação obrigatória e laica para crianças a partir dos três anos, o fim do sistema de imãs estrangeiros e o incentivo à formação de imãs dentro da própria França de acordo com as características nacionais. O governo Merkel, na Alemanha, também tem buscado formar imãs de acordo com os princípios considerados como liberais e mais conectados com o país. Esses estudos também serão úteis para o entendimento quanto às reações das populações

muçulmanas em relação às medidas de contenção do jihadismo e os impactos dessas políticas em relação à identidade religiosa.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anderson, B. (1991). *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Brown University Library.

Ariza, Lúcia. 'La nación interpuesta', in: Vernik, E. et al. (Orgs). *Qué es una nación: la pregunta de Renan revisitada*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

Badie, B. (2006). 'A crise da potência e a desordem internacional'. *Caderno CRH*, Salvador, 19(48), dez.

Badie, B.; Smouts, M. (1995). *O mundo em viragem: sociologia da cena internacional*. Lisboa: Instituto Piaget.

Breuilly, J. (1982). *Nationalism and the State*. Manchester: Manchester University Press.

Bunzel, C. (2015). 'From Paper State to Caliphate: the Ideology of the Islamic State'. *Brookings Institution Press*. Analysis Paper, No. 19, mar. Disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/The-ideology-of-the-Islamic-State.pdf> . [Acesso em: 15 out. 2020].

Calhoun, C. (2007). *Nations Matter: Culture, History, and the Comopolitan Dream*. Abingdon: Routledge.

Euben, R. L. (1999). *Enemy in the Mirror: Islamic Fundamentalism and the Limits of modern Rationalism*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Fernandes, J. P. T. (2006). *Islamismo e Multiculturalismo: As ideologias após o fim da história*. Coimbra: Almedina.

Gellner, E. (1983). *Nations and Nationalism*. London: Basil Blackwell.

Gregorian, V. (2003). *Islam: A mosaic, not a monolith*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press.

Hobsbawm, E. e Ranger, T. (1997). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Hosken, A. (2015). *Empire of Fear: Inside the Islamic State*. London: Oneworld Publications.

Kaldor, M. (2004). 'Nationalism and Globalisation'. *Nations and Nationalism*. Vol. 10. Issue 1-2. Pp. 161-177.

Kepel, G. (2015). *Terror in France: The rise of jihad in the West*. Princeton: Princeton University Press.

Kepel, G. (2003). *Jihad: Expansão e declínio do Islamismo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora Rio de Janeiro.

McCants, W. (2015). *The ISIS Apocalypse: The History, Strategy, and Doomsday Vision of the Islamic State*. New York: St. Martin's Press.

Mohamedou, M. (2018). *A Theory of ISIS: Political Violence and the Transformation of the Global Order*. London: Pluto Press. doi: 10.2307/j.ctt1x07z89

Pedziwiatr, K. (2008) 'L'activisme social des nouvelles elites musulmanes de Grande-Bretagne'. *Hèrmes, La Revue*, nº 51, p. 125-133. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-hermes-la-revue-2008-2-page-125.htm> [Acesso em: 14 mar. 2021].

Roy, O. (2004). *Globalized Islam: The search for a new ummah*. Nova York: Columbia University Press.

Roy, O. (2017). *Jihad and Death*. The Global Appeal of Islamic State. Nova York: Oxford University Press.

Smith, A. (1995). *Nations and Nationalism in a Global Era*. Oxford: Polity Press.

Smith, Anthony D. (1971). *Theories of Nationalism*. New York: Harper & Row.

The Flames of War. (2014). Al Hayat Media Center (produtor). Síria.

The Flames of War II. (2017). Al Hayat Media Center (produtor). Síria.

Vidino, L.; Marone F; Entenmann E. (2017) *Fear Thy Neighbor: Radicalization and Jihadist Attacks in the West*. Milano: Ledizioni LediPublishing. Disponível em: <https://icct.nl/app/uploads/2017/06/FearThyNeighbor-radicalizationandJihadistAttacksintheWest.pdf> [Acesso em: 15 mar. 2021]

Wieviorka, M. e Ohana, Jocelyne. (2001). *La différence culturelle: Une reformulation des débats*. Paris: Balland.